



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Relatório apresentado pelo presidente do TCE-GO, conselheiro Gerson Bulhões Ferreira, na sessão plenária do dia 17 de dezembro de 2009.

Senhoras e Senhores

O artigo 23, inciso 29, do Regimento Interno, determina ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado a apresentação em Plenário, ao final de cada exercício, de relatório estatístico das atividades de gestão desenvolvidas por este órgão, cujo nascedouro e razão de existir é o princípio da obrigatória prestação de contas por todo aquele a quem se incumbe a guarda e gerência de bens e dinheiros públicos.

É a obrigação que cumprimos agora, tanto em respeito à norma regimental quanto em reverência e gratidão que tributo aos integrantes deste Colegiado, que, há um ano, confiou-me a honrosa incumbência de presidir esta Casa. É evidente que não se faz necessária, nesta oportunidade, e não submeteríamos meus nobres Pares a uma exaustiva leitura da íntegra de todos os relatórios setoriais que compõem a prestação de contas, detalhados em seus dados numéricos e informativos. A documentação estará na Secretaria Geral, à disposição para as consultas que Vossas Excelências entenderem necessárias.

Permitam-me algumas considerações sobre questões que, a nosso juízo, temos como mais relevantes. Desejamos registrar, de antemão, os agradecimentos a todos os que integram este Tribunal, Conselheiros, Auditores, Procuradores de Contas, Corpo Técnico e Administrativo, pela valiosa colaboração, incentivo e apoio dispensados à minha gestão neste ano de 2009.

Começamos então pelos avanços na área de pessoal, que temos como primordial para o alcance de outras metas, inclusive a principal delas, que é a melhor e mais eficiente prestação de serviços à sociedade. Eis que, concordando com as reiteradas manifestações feitas neste Plenário também acreditamos que a grande mola propulsora de qualquer instituição são os homens e mulheres que a compõem.

Assim, demos seqüência ao projeto de definição da política de pessoal, iniciado pelo Conselheiro Edson Ferrari, para elaboração de um programa de capacitação e criação de sistema de avaliação da produtividade e de incentivo ao desempenho de nossos servidores. Já como resultado da consultoria contratada e levada a termo, foi aprovada a Resolução Normativa nº 04/2009, estabelecendo as políticas de gestão de pessoas, com as diretrizes que o Tribunal se comprometeu, para, além da valorização, incentivar os servidores ao desenvolvimento, à capacitação e melhor qualidade de vida.

Nessa linha, aprovado o plano de Capacitação para o biênio 2009/2010, quase 600 servidores receberam treinamento, formação ou especialização, em cursos nesta e em outras Capitais.

O Instituto Leopoldo de Bulhões, revigorado, ministrou e apoiou, dentre outros, os cursos de inglês, de novas regras gramaticais, da arte de falar em público, de repasses públicos ao terceiro setor, responsabilização perante os tribunais de contas, teoria e prática no TCU, de formação em gerenciamento ambiental para controle dos impactos ambientais da construção da nova sede do TCE. Também patrocinamos a participação de nossos servidores no Oitavo Congresso Goiano de Direito Administrativo, Congresso Goiano da Magistratura, Primeiro Congresso de Direito Constitucional, Seminário Goiano de Controle da Administração Pública e Trigésimo Quinto Congresso de Tribunais de Contas do Brasil.

Firmamos convênio com a Agência Goiana de Cultura, Agepel, pelo qual utilizaremos o auditório no vizinho Museu Zoroastro Artiaga, para novos cursos e ensaios do Coral do TCE.

Ainda como fruto da consultoria na área de recursos humanos tivemos a adequação da Lei nº 15.122/05 – Plano de Cargos e Salários – resultando na edição da Lei nº 16.466/09, com significativa melhorias, em itens como a reorganização dos cargos e das carreiras; dentre outras.

Realizamos a primeira etapa do concurso público para provimento de 80 vagas nas áreas técnica e administrativa e o processo, finalizada esta fase, terá seqüência no início de 2010. Ainda sobre o concurso, enviamos à Assembléia projeto que define as atribuições dos cargos em seleção, como forma de prevenir questionamentos judiciais, tendo recebido aprovação do Legislativo na tarde desta terça-feira.

No campo da administração realizamos 18 licitações, oito delas na forma de pregões, para atendimento de diferentes necessidades do Tribunal. Menciono em destaque a contratação de empresas especializadas para elaboração dos projetos de impacto de trânsito, de impacto de vizinhança e de controle ambiental – destinação adequada de rejeitos – necessários para a construção da nova sede do TCE.

Da mesma forma, a compra de mobiliário para as novas Auditorias, Corregedoria e outros órgãos; reforma parcial das instalações elétricas; impressão da Revista Institucional do TCE e de outros serviços gráficos; reforma e revitalização dos jardins, renovação dos seguros para a frota do Tribunal; aquisição de três carros novos, utilizando veículos usados como parte do pagamento e, a compra de três motocicletas zero km; fornecimento de material de expediente, suprimentos de informática, e, de locação e manutenção de fotocopiadoras digitais novas.

Cuidamos para que todos os setores do Tribunal fossem devidamente supridos, inclusive com a aquisição de assinaturas de livros técnicos e assinaturas de revistas eletrônicas de informação e consultoria, reforma e manutenção de instalações e compra de novos equipamentos, de forma que pudessem prestar serviços de qualidade aos públicos interno e externo. E estamos ultimando os procedimentos para a licitação da nova sede do Tribunal.

Imprescindível para o bom desempenho tanto das atividades meio quanto das finalísticas do Tribunal, a área de Informática registrou um salto em 2009.

Merece relevo a aquisição de equipamento de armazenamento de dados em massa, denominado Storage, com recursos do Promoex, destinado a servir como facilitador na implantação de vários projetos, dentre eles o de Processo Eletrônico.

A infraestrutura lógica e elétrica da Divisão de Processamento de Dados foi readequada para dar suporte ao novo equipamento servidor, melhoria na conexão entre os demais blocos e aumento da velocidade com que os dados trafegam. O DPD preparou a aquisição, pelo Promoex, de 60 notebooks, que

atenderão setores empenhados na atividade fim, e, negociou com a empresa fornecedora de material de impressão para um ganho de oito impressoras multifuncionais para o Tribunal, a custo zero.

Foram implantados o Controle de impressão, programa que já reduziu significativamente o volume de cópias e o novo serviço de webmail, recentemente disponibilizado a todos os servidores.

Implantamos o Portal da Transparência, nos antecipando à obrigatoriedade legal de divulgação dos gastos dos órgãos públicos via internet. Já está disponível a nova versão do Sistema de Gerência de Análise do Controle Externo, bem como a remodelagem do Rol de Responsáveis, agora permitindo consulta para todos os setores. Prontos e aguardando a definição de detalhes estão os portais de Gestão de Pessoas, do Instituto Leopoldo de Bulhões e do Sistema de Biblioteca.

O Portal do TCE Interage já permitiu o controle de inscrições e divulgação do Primeiro TCE Interage, um evento exitoso com a participação de autoridades e jurisdicionados das áreas de saúde e educação, para o debate amplo sobre as auditorias operacionais.

Empresa de consultoria foi contratada via Promoex para padronizar o desenvolvimento de software de acordo com as melhores práticas do ramo. A participação do DPD em congressos permitiu identificar soluções já adotadas por outros Tribunais – uma delas a de captação de informações no Diário Oficial, via convênio a ser proposto à AGEKOM.

O novo sistema do Plenário Eletrônico é o maior projeto do DPD em desenvolvimento, já na fase de simulações, com previsão de testes e treinamentos para os gabinetes no próximo mês de janeiro.

A Secretaria Geral passa por um processo de reformulação de procedimentos internos com vistas a ganhos na tramitação processual, registros, controle de prazos, citações e intimações.

O Serviço de Assistência ao Plenário anotou, até a semana passada, a realização de 79 sessões da Primeira Câmara, com a aprovação de 1.505 acórdãos, 57 na Segunda Câmara, com a edição de 1.348 acórdãos, e, do Tribunal Pleno, com 43 sessões, 27 resoluções e 247 acórdãos, totalizando 3.100 julgados em 3.127 processos.

Já como resultado concreto e prático do grupo de trabalho instituído para a solução de processos com mais de cinco anos no Tribunal e ainda pendentes de apreciação, parte considerável do estoque destes feitos foi julgada este ano, mediante criterioso exame e, estabelecidas as bases para a adoção da prescrição no âmbito desta Corte, para o próximo ano a meta é o deslinde de todos os processos formalizados até o ano de 2004. Implantamos a chancela eletrônica dos documentos e feitos no Tribunal e, para 2010 serão adotadas nova padronização e etiqueta remodelada dos processos.

Na administração financeira mantivemos a pontualidade dos pagamentos aos fornecedores e fecharemos o exercício com as contas absolutamente em dia.

A Diretoria Geral empreendeu esforços no sentido de garantir o funcionamento dos diferentes setores, com racionalidade e economia de gastos.

Também merece destaque a implementação do Programa Ambiental do TCE, com eventos destinados à conscientização dos servidores para práticas adequadas de manejo de recursos naturais, e a implantação de medidas pioneiras no sentido da coleta seletiva e reciclagem de lixo.

A área de fiscalização, que deixamos de propósito para o final, como forma de dar-lhe a merecida importância.

Neste ano a Coordenação de Fiscalização Estadual atualizou o cadastramento de editais, inexigibilidades, dispensas e resenhas de licitação,

elaborou seu plano anual de atuação e a matriz de risco para escolha dos programas finalísticos do PPA 2008-2011, apresentou quatro auditorias no TCE Interage, realizou oficinas de apoio metodológico às equipes de auditoria operacional, ministradas pela professora Luciana Mourão, o Painel de Referência para discussão e elaboração de matrizes das auditorias deste ano e os trabalhos da Comissão de Licitação, com a elaboração de 552 despachos, 242 memorandos e 181 instruções técnicas, além de comandar a unidade local do Promoex e atuar nas comissões de gastos, do concurso público e do grupo de trabalho.

Os trabalhos desenvolvidos por oito divisões, duas delas de engenharia, todos de natureza técnica e envolvendo diferentes graus de complexidade, resultaram em milhares de documentos, entre despachos, relatórios de inspeção, de representação, de atividades, de monitoramento e de auditorias.

E abrangem praticamente todo o universo de jurisdicionados do Tribunal de Contas do Estado.

São ações executadas na Capital e nos mais diferentes pontos do Estado, com inspeções de obras rodoviárias, construção civil, aeroportos, subestações e redes de transmissão de energia elétrica, sobre adiantamentos, contratos, convênios e outros ajustes, folhas de pagamento de pessoal, fundos rotativos, serviços e programas de governo.

O trabalho foi direcionado não só para os aspectos meramente contábeis, orçamentárias e financeiros, como também e principalmente os da eficiência, efetividade e o da economicidade. Em algumas obras houve a necessidade de duas e até três inspeções no período, para o acompanhamento da implementação de orientações feitas pelo Tribunal.

Foram mais de 153 viagens de inspeção apenas pelas duas divisões de engenharia. Na fiscalização do Programa Terceira Via, em 12 regiões do Estado, foram vistoriados 6.651 quilômetros de estradas, sendo 5.071 de piso pavimentado e 1.579 quilômetros não asfaltados, referentes a contratos que, somados, ultrapassam 231 milhões e 113 mil reais.

Os contratos analisados superam a casa dos 591 milhões e 143 mil reais.

No Programa Goiás Pavimentado os contratos vistoriados ascendem à cifra dos 138 milhões e 344 mil reais, referentes a 174 quilômetros de estradas, uma ponte de concreto e a ampliação do aeroporto de Catalão.

As vitorias em obras paralisadas somam 213 quilômetros e contratos superiores a 64 milhões de reais.

Já no Programa de Recuperação de Pavimentos degradados a extensão é de 280 quilômetros analisados e contratos que superam 111 milhões e meio de reais.

Dentre as obras focadas pela fiscalização destaco as da barragem do Ribeirão João Leite, cujo custo orçado é de 91 milhões e meio de reais; pavimentação urbana em diferentes cidades, postos fiscais, no Autódromo Internacional de Goiânia.

Também a duplicação do trecho Goiânia-Aragoiânia, pontes destruídas, subestações e no Projeto de Irrigação Luís Alves.

A análise processual de 26 editais de concorrência, contratos, termos aditivos, convênios, apresentação e prestações de contas resultaram em 591 instruções técnicas – contratações que aproximam-se dos 600 milhões de reais.

São números que nos dão, mesmo que superficialmente, a dimensão do trabalho executado pelo Controle Externo no Estado de Goiás, no decorrer deste ano.

Buscamos, em todos os atos e iniciativas da Presidência, a melhoria da instituição, com o objetivo de aproximar cada vez mais do ideal que levou os homens públicos, em data não muito distante, a criarem um modelo de

fiscalização que ao longo das modificações introduzidas na nossa Carta Magna, vem consolidando as Cortes de Contas no meio da sociedade. Cumpre a cada um de nós, membros e servidores, utilizarmos todos os recursos disponíveis para o alcance das metas estabelecidas para os anos vindouros. É o que nós e toda a sociedade desejamos.

Assim, conluo está exposição ao Plenário, da forma mais resumida possível, reafirmando ao final a disponibilização dos relatórios setoriais na Secretaria Geral.

Muito obrigado!

*(Pronunciamento do Presidente Gerson Bulhões, em 17 de dezembro de 2009)*